

CATEGORÍA B · 1º PREMIO

O quarteirão como suporte da transformação urbana de São Paulo

Autor

Felipe de Souza Noto

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Palavras Chaves

Projeto de Arquitetura – Desenho Urbano – Legislação Urbana
Transformação Urbana – São Paulo

Resumo

É possível adotar o quarteirão como unidade reguladora da transformação da cidade de São Paulo, como suporte de intervenções que superem os limites do lote. Esta é a hipótese enfrentada por este trabalho, explorada em duas frentes complementares: por que e como fazê-lo.

Por quê? O quarteirão representa uma escala de atuação pouco explorada por arquitetos e urbanistas; um campo de ação intermediário entre o planejamento urbano e o projeto de arquitetura, em que a regulação coletiva da forma urbana se revela possível. Apresenta-se como uma unidade perene para os conjuntos urbanos, um elemento que se mantém estável ao longo do tempo, ainda que suas peças se alterem individualmente. Aponta, ainda, para novas alternativas de construção do convívio, por meio da articulação social de vizinhos e da disponibilização de espaços livres ao uso público.

Como? Será apresentado um conjunto de três instrumentos normativos que se complementam no direcionamento da transformação dos quarteirões da cidade. O primeiro deles estimula o reconhecimento de preexistências edificadas e a vinculação formal entre as novas edificações e seu contexto construído vizinho; o segundo regulamenta o uso do pavimento térreo, e estabelece uma quantidade mínima de eventos urbanos a ser atendida e o consequente dinamismo da cidade; o terceiro cria uma nova instância jurídica com a associação entre diversos proprietários, uma espécie de condomínio de quarteirão que materializa a criação de uma nova unidade territorial, cuja contrapartida principal é disponibilizar parcelas significativas de solo ao uso coletivo.

O QUARTEIRÃO COMO SUPORTE DO TRANSFORMAÇÃO URBANA DE SÃO PAULO

FELIPE DE SOUZA NOTO

felipe@be.arq.br

RUA GENERAL JARDIM 482 CJ.41 . SÃO PAULO SP . 01223-010 . BRASIL

TESE DE DOUTORADO

ORIENTAÇÃO PROF. DRA. HELENA AYOUB SILVA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

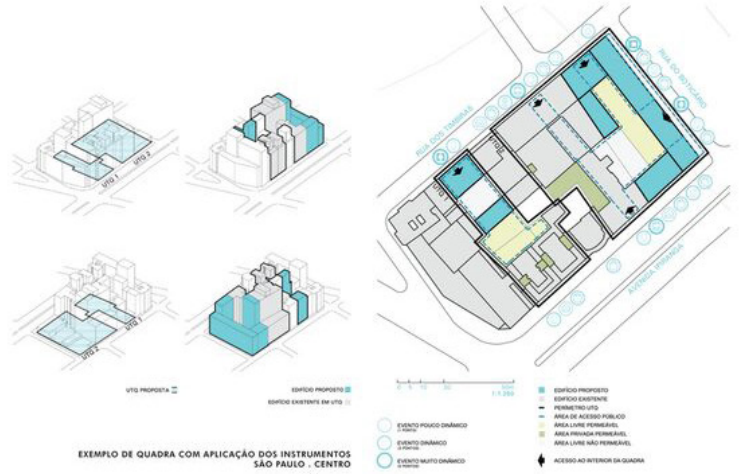
DATA DE DEFESA 31.05.2017

É POSSÍVEL ADOTAR O QUARTEIRÃO COMO UNIDADE REGULADORA DA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO, COMO SUPORTE DE INTERVENÇÕES QUE SUPEREM OS LIMITES DO LOTE. ESTA É A HIPÓTESE ENFRENTADA POR ESTE TRABALHO, EXPLORADA EM DUAS FRENTES COMPLEMENTARES: POR QUE E COMO FAZÊ-LO.

POR QUÊ? O QUARTEIRÃO REPRESENTA UMA ESCALA DE ATUAÇÃO POUCO EXPLORADA POR ARQUITETOS E URBANISTAS, UM CAMPO DE AÇÃO INTERMEDIÁRIO ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E O PROJETO DE ARQUITETURA, EM QUE A REGULAÇÃO COLETIVA DA FORMA URBANA SE REVELA POSSÍVEL. APRESENTA-SE COMO UMA UNIDADE PERENE PARA OS CONJUNTOS URBANOS, UM ELEMENTO QUE SE MANTÉM ESTÁVEL AO LONGO DO TEMPO, ANKA QUE SUAS PEÇAS SE ALTEREM INDIVIDUALMENTE. APORTA, ANKA, PARA NOVAS ALTERNATIVAS DE CONSTRUÇÃO DO CONVÍVIO, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO SOCIAL DE VIZINHOS E DA DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES AO USO PÚBLICO.

COMO? SERÁ APRESENTADO UM CONJUNTO DE TRÊS INSTRUMENTOS NORMATIVOS QUE SE COMPLEMENTAM NO DIRECIONAMENTO DA TRANSFORMAÇÃO DOS QUARTEIRÕES DA CIDADE. O PRIMEIRO DELES ESTIMULA O RECONHECIMENTO DE PREEXISTÊNCIAS EDIFICADAS E A VINCULAÇÃO FORMAL ENTRE AS NOVAS EDIFICAÇÕES E SEU CONTEXTO CONSTRUÍDO VIZINHO; O SEGUNDO REGULAMENTA O USO DO PAVIMENTO TERREIRO, E ESTABELECE UMA QUANTIDADE MÍNIMA DE EVENTOS URBANOS A SER ATENDIDA E O CONSEQUENTE DINAMISMO DA CIDADE; O TERCEIRO CRIA UMA NOVA INSTÂNCIA JURÍDICA COM A ASSOCIAÇÃO ENTRE DIVERSOS PROPRIETÁRIOS. UMA ESPÉCIE DE CONDOMÍNIO DE QUARTEIRÃO QUE MATERIALIZA A CRIAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE TERRITORIAL, CUJA CONTRAPARTIDA PRINCIPAL É DISPONIBILIZAR PARCELAS SIGNIFICATIVAS DE SOLO AO USO COLETIVO.

A FORMULAÇÃO DESTAS REGRAS EXIGIU INICIALMENTE A DEFINIÇÃO DO CAMPO DE ATUAÇÃO E DE PESQUISA, QUE É ESTENDIDO PARA AS DEFINIÇÕES DO DESENHO URBANO. SUGERIU A COMPRENSÃO DO PAPEL DA ARQUITETURA NA CONSOLIDAÇÃO DO QUARTEIRÃO, COMO FORMA DE IDENTIFICAR AS DIVERSAS MATRIZES URBANÍSTICAS QUE PODERÃO GERAR UM CONJUNTO EDIFICADO COM ESTA DENOMINAÇÃO; FINALMENTE, RECORREU AS EXPERIÊNCIAS DE REGULAÇÃO DE QUARTEIRÃO EM OUTRAS CIDADES E, PRINCIPALMENTE, A UM BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA PAULISTA COM ESPECIAL ATENÇÃO AOS PERÍODOS EM QUE SE CONSOLIDARAM CONJUNTOS (QUARTEIRÕES, PORTANTO) MAIS CLAROS E DEFINIDOS.



PREEXISTÊNCIA VINCULANTE

INSTRUMENTO PARA RECONHECIMENTO DE DOIS TIPOS DE SITUAÇÃO URBANA PREEXISTENTE.

- CONJUNTOS EDIFICADOS DENTRO DE UMA MESMA LÓGICA NORMATIVA, REFERENTE AOS CRITÉRIOS DE ALINHAMENTOS, RECUSOS E GARABITOS.
- SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS ADOTADAS INDIVIDUALMENTE POR EDIFÍCIOS QUE INDUZEM ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE.

OPERECER INCENTIVOS FÍSICOS OCUPAÇÕES QUE RESPETEM A LÓGICA DE CONJUNTO NAS SITUAÇÕES DESCRITAS E CONSIDERAR NÃO COMPUTÁVEIS AS ÁREAS CRIADAS EXCLUSIVAMENTE PARA ESTE FIM.

- OBJETIVOS
- DESESTIMULAR O ROMPIMENTO DAS LÓGICAS DE OCUPAÇÃO ESTABELECIDAS
 - GABARITAR A CONTINUIDADE FORMAL DO CONJUNTO EDIFICADO DO QUARTEIRÃO
 - AFFIRMAR A UNIDADE VISUAL DO QUARTEIRÃO (PERCEPÇÃO URBANA)



UNIDADE TERRITORIAL QUADRA

NOVA FIGURA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL COM A ASSOCIAÇÃO ENTRE LOTES DE UMA MESMA QUADRA, VÁLIDA PARA ZONAS MISTAS DE MÉDIA E ALTA DENSIDADE.

OFERECIMENTO DE INCENTIVOS FÍSICOS E URBANÍSTICOS EM CONTRAPARTIDA A INVESTIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO DISPONÍVEL AO USO PÚBLICO. ADEÇÃO VOLUNTÁRIA PARA OS LOTES JÁ CONSTRUÍDOS E OBRIGATORIA PARA EMPREENDIMENTOS QUE TOMEM PARCELA SUPERIOR A 25% DA ÁREA DA QUADRA.

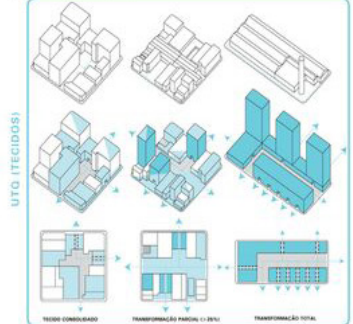
DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS PRIVADAS AO USO PÚBLICO.

QUALIFICAR A FRUNÇÃO DO SOLO URBANO POR MEIO DA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE TERMOÇÃO: ANEXO DAS QUADRAS OU COMO EXTENSÃO DA CALÇADA E DE PASSAGEM (GALERIAS COMERCIAIS, NOVOS ACESSOS E CONEXÕES ENTRE RUAS).

PROTEGER O PATRIMÔNIO BARRIA DA CIDADE COM A CRIAÇÃO DE JUSTIFICATIVA FINANCEIRA PARA SUA MANUTENÇÃO.

ESTABELECE UMA CATEGORIA INTERMEDIÁRIA DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL JUNTO AO PODER PÚBLICO, ESPECIALMENTE SUPREINTENDENTES, POTENCIALMENTE CAPAZ DE ORIENTAR A HIERARQUIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS.

INCENTIVAR A ASSOCIAÇÃO DE QUADRAS EM MODELOS DE ORGANIZAÇÃO E OFERECIMENTO DE MELHORIAS PÚBLICAS.



INCENTIVOS FÍSICOS E URBANÍSTICOS PROPORCIONAIS AO NÚMERO DE ADEÇÕES E À DIVERSIDADE DE EVENTOS CRIADA NA QUADRA

TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO ENTRE LOTES DE UMA MESMA UTO (LOTES COM OCUPAÇÃO > 70% C.A. / LOTES QUE CEDAM TERREO PARA USO PÚBLICO)

CADASTRO MUNICIPAL DE UTOS, RESPONSÁVEL PELA PROPORÇÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

LEGITIMAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS DE QUADRA COMO REPRESENTAÇÃO.

CONTRAPARTIDAS

CRIAÇÃO DE ÁREA DE USO PÚBLICO (COM ACESSO PÚBLICO LIVRE, EQUIVALENTE A 40% DA ÁREA DA UTO, NO TERREO; ESTA ÁREA PODERÁ SER COBERTA E PODERÁ SER DESTINADA AO USO COMERCIAL DESDE QUE ESTEJA GARANTIDO O ACESSO PÚBLICO EFETIVO, FICA PERMITIDA A ASSOCIAÇÃO DE LOTES NA COMPOSIÇÃO DA ÁREA LIVRE

PERMITIR O CRUZAMENTO PÚBLICO ENTRE TODAS AS VIAS COM AS QUAS FIZER FRENTE O LOTE

LEI DE EVENTOS

REGULAMENTAÇÃO DE UM NÚMERO MÍNIMO DE EVENTOS URBANOS POR FRENTE DE RUA, COM VALIDADE EM TODAS AS ZONAS MISTAS E ZONAS RESIDENCIAIS.

EVENTOS URBANOS SÃO TODOS OS ACONTECIMENTOS NO PLANO DE CONTATO ENTRE O PRIVADO (EDIFÍCIO) E O PÚBLICO (CALÇADA / RUA): ACESSO A EDIFÍCIOS, ACESSO A ESPAÇOS LIVRES, PASSAGENS.

- OBJETIVOS
- IMPEDIR GRANDES EXTENSÕES ESTÉREIS NAS FRENTES DE RUAS (NÚMERO CONTÍNUO)
 - IMPEDIR PERCORSOS EXCESSIVOS NOS TRAJETOS PEDONAIS
 - ESTIMULAR A CRIAÇÃO (PELA INICIATIVA PRIVADA) DE ÁREAS DE USO PÚBLICO NO ALINHAMENTO DA RUA E NO INTERIOR DAS QUADRAS
 - ESTIMULAR A AMPLIAÇÃO (PELA INICIATIVA PRIVADA) DA SINALIZAÇÃO PEDONAL E CICLISTA
 - ESTIMULAR A ASSOCIAÇÃO DE DIVERSOS USOS NUMA MESMA QUADRA

- NORMATIZAÇÃO
- OBRIGATORIA A CONJUGAÇÃO DE PELO MENOS TRÊS TIPOS DE EVENTOS POR UTO
 - DISTÂNCIA ENTRE EVENTOS < 30m
 - GABARITAR O PONTO / CADA MEDIDA DE FRENTE MÍNIMA (CONFORME ZONA DE USO)

EVENTOS POUCO DINÂMICOS (1 PONTO)

- ACESSO A EDIFICAÇÕES DE USO PARTICULAR RESIDENCIAL (< 6 UNIDADES)
- ACESSO A ESTACIONAMENTOS OU CARGA E DESCARGA, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE VEÍCULOS

EVENTOS DINÂMICOS (3 PONTOS)

- ACESSO A EDIFICAÇÕES DE USO PARTICULAR RESIDENCIAL (> 6 UNIDADES)
- ACESSO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL (UMA UNIDADE)
- ACESSO A EDIFICAÇÕES DE ESCRITÓRIOS (EMPRESARIAS / INSTITUCIONAIS)
- INSTALAÇÃO DE UM BICICLETÁRIO PARA MÍNIMO 10 BICICLETAS

EVENTOS MUITO DINÂMICOS (5 PONTOS)

- ACESSO A EDIFICAÇÕES DE USO RESIDENCIAL (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL HS)
- ACESSO A EQUIPAMENTOS (ESCOLA, CRECHE, TRIBUNAL, CLUBE, TERMINAL, HOSPITAL, POSTO, ETC.)
- ACESSO A GALERIA COMERCIAL (CADA ACESSO)
- ACESSO A ESPAÇOS DE USO PÚBLICO NO MIOLO DE QUADRA
- ESTABELECIMENTO DE TRAVESSIA OU PASSAGEM PÚBLICA PELO INTERIOR DA QUADRA COM LARGURA MÍNIMA DE 6m
- CRIAÇÃO DE ÁREA LIVRE DE USO PÚBLICO CONTIGUA AO PASSO PÚBLICO COM MÍNIMO 30M²

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.

A hipótese central que apresenta este trabalho é que é possível adotar o quarteirão como unidade de regulação da transformação da cidade, como suporte de desenho urbano que supere as limitações do lote. Isso significa estabelecer parâmetros para os novos edifícios, entendidos como peças de um todo reconhecível. A discussão se organiza essencialmente pelo estudo da forma urbana, com atenção às questões que têm impacto decisivo em sua composição: a legislação e a consequente regulação sobre o mercado imobiliário. Estabelece-se como objetivo principal do trabalho, assim, desenhar uma normativa que estimule a apropriação coletiva dos espaços livres e qualifique o espaço público, que reconheça as ações que subvertem os limites do lote e que estimule as operações de complementação do quarteirão dentro de sua lógica particular de ocupação. Todo o desenvolvimento teórico deste trabalho está baseado no entendimento de que o vínculo entre o edifício e a cidade deve ser objeto de preocupação do urbanismo; o edifício deve ser a condensação de um modelo de cidade a ser alcançado, parte de um todo proposto. Este é o argumento que organiza o trabalho e estrutura duas partes (cada uma com dois capítulos).

METODOLOGIA

A primeira parte ocupa-se das tarefas conceituais. Inicialmente é necessário descrever o campo disciplinar (desenho urbano) em que se insere a tese apresentada e apresentar as justificativas conceituais da premissa inicial: o quarteirão é um suporte ideal para a superação das restrições individuais do lote e campo fértil para a criação de uma cidade com maior e melhor apropriação coletiva. Na sequência, é explorada a relação entre arquitetura e urbanismo no contexto do quarteirão, de modo a explicitar o potencial deste elemento morfológico como articulador de espaços mais ou menos coletivos. A chave operativa pauta a segunda parte do trabalho: como realizar a transformação da cidade? O objetivo é apresentar uma reflexão sobre as possibilidades de adequação da legislação urbanística que direcione o mercado a ações de natureza coletiva, capazes de superar em alguma medida a lógica restritiva baseada no lote. O primeiro passo é investigar como a legislação consolidou determinados modelos morfológicos identificar, sobretudo, os aspectos que contribuíram para a criação (ou destruição) de conjuntos urbanos. Discutir a mediação entre os interesses públicos condensados no desenho do espaço público (ainda que em escala restrita) e a função financeira da terra, respeitando os potenciais da ação imobiliária. Perseguir, enfim, o cenário ideal da construção de uma cidade mais justa e adequadamente desenhada pelas mãos do mercado, isentando o Poder

Público da responsabilidade de ser o único patrono da boa transformação urbana. Por fim, concluir o raciocínio com uma contribuição prática efetiva, com o desenho de um conjunto normativo que responda à chamada feita pela hipótese apresentada.

RESULTADOS

Como resultado desta reflexão são propostos três novos instrumentos normativos, consolidando uma contribuição prática para as futuras revisões do pacote normativo urbanístico de São Paulo.

Instrumento Proposto 01: Normas de Preexistência Vinculante

Este instrumento preocupa-se com o reconhecimento de dois tipos de situação urbana preexistentes. A primeira é a configuração de conjuntos erguidos dentro de uma mesma lógica normativa, referente aos critérios de alinhamentos, recuos e gabaritos. Isso significa que este instrumento se refere, sobretudo, aos conjuntos do perímetro central de São Paulo, regulados antes de 1972, sem recuos frontais e laterais e, em alguns casos, com gabarito controlado. A segunda envolve as soluções arquitetônicas adotadas individualmente pelos edifícios, mas que indicam lógicas de continuidade (em algum momento ordenadas pela legislação). Estas são previstas nesta situação as seguintes

operações: a) construção de elementos construídos exclusivamente para retomada de alinhamentos ou para a ocupação de empenas cegas existentes; b) os pátios de iluminação e ventilação (que poderiam ser complementados em sua dimensão por uma solução contígua no lote vizinho); c) extensão de galerias, loggias ruas internas existentes. A proposta é oferecer contrapartidas para estas operações: incentivos fiscais para as ocupações que respeitem explicitamente a lógica de conjunto e incremento de potencial construtivo (com a desconsideração das áreas criadas exclusivamente para atender aos critérios de preexistência vinculante). Este instrumento carrega um incontornável coeficiente de subjetividade; como definir o que é a lógica original do quarteirão. O mecanismo possível para os casos turvos deve ser a aplicação retomada da legislação superada em seu objetivo declarado, ou seja, valem as estratégias que retomem as diretrizes normativas abandonadas. Entram nesse pacote os gabaritos obrigatórios, a continuidade de fachadas e a ocupação sem recuos.

Instrumento Proposto 02: Lei de Eventos

Regulamenta a obrigatoriedade e implantação de número mínimo de eventos urbanos por frente de rua, com validade para todas as zonas mistas e zonas residenciais. Eventos urbanos são todos os acontecimentos no plano de contato entre o privado (edifício) e

o público (calçada/rua). Os eventos podem ser classificados de acordo com seu potencial dinâmico. A distância entre eventos baseia-se no parcelamento do solo na região, de modo a garantir pelo menos um evento por frente mínima oficial de lote. De qualquer forma considera-se, em novas ocupações, a distância máxima de 20 metros entre eventos. Esta ferramenta apresenta-se como um recurso para incentivo (fiscal ou de outras naturezas) para investimentos que garantam maior número de eventos dinâmicos.

Instrumento Proposto 03: Unidade Territorial Quarteirão (UTQ)

Alternativa de superação do lote como unidade territorial mínima, com a possibilidade de associação “condomínial” de um ou mais lotes de um mesmo quarteirão. Esta nova unidade territorial se estabelece como uma ferramenta útil na gestão municipal, na medida em que pode se encarregar da mediação entre poder público e um coletivo de edifícios, especialmente no âmbito das sub-prefeituras. Ao mesmo tempo, a compreensão da cidade a partir de uma unidade territorial estendida legitima a concessão de incentivos mais vigorosos à iniciativa privada, considerando contrapartidas essencialmente de caráter coletivizante. A equação proposta é apresentar incentivos fiscais e urbanísticos para aqueles que se organizarem territorialmente, impondo exigências de retorno à cidade especialmente à própria quadra. Aumento de potencial construtivo e reduções dos valores de IPTU devem ser considerados na negociação. O primeiro passo é a criação de um conselho de quarteirão que poderá contar com representantes de um ou até de todos os lotes do quarteirão, com atribuição de representação dos interesses coletivos junto ao poder público. A adesão ao conselho deve ser voluntária, mas interessa que seja a mais ampla possível. Como contrapartida, os empreendimentos criados em UTQ ficam obrigados a: a) criar área de uso coletivo (com acesso público livre); b) permitir o cruzamento público entre todas as vias com as quais fizer frente o lote; c) garantir a permeabilidade do solo; d) atender integralmente a Lei de Eventos.

A configuração de um novo conjunto regulador permite supor a incidência dos parâmetros urbanísticos de ocupação sobre a área total da UTQ, e não mais para cada lote individualmente. Isso significa que a exigência de recuos passaria valer apenas entre lotes não integrados e que taxas de ocupação poderiam ser calculadas coletivamente. Isso permite ações de reconfiguração morfológica dos conjuntos edificados, subvertendo as regras do zoneamento abrangente e abrindo caminho para a arquitetura comandar o processo de construção dos conjuntos de quarteirão. A mesma lógica permite supor a transferência de potencial construtivo intra-quarteirão; a operação pode tornar mais atraente o empreendimento e

estimular a proteção do patrimônio banal da cidade construída. A adesão de lotes já ocupados só será interessante com contrapartidas financeira, como redução e impostos. O valor do incentivo deve ser variável de modo a estimular a participação do maior número de lotes possível: quanto mais lotes, maior o incentivo individual. Propõe-se, entretanto, a obrigatoriedade da UTQ para empreendimentos que ocupem uma área superior a aproximadamente 25% do quarteirão. Sugere-se um incentivo progressivo proporcional ao número de participantes aderidos. Aos demais proprietários /condomínios participantes se oferecem incentivos fiscais. São previstos cinco tipos de Unidade Territorial de Quarteirão, de acordo com a condição dos lotes nela envolvidos:

TIPO 1: Associação de Lotes (construídos)

Sem a criação de um novo empreendimento, os incentivos fiscais ficam vinculados à criação de áreas livres disponíveis ao uso público. Agrupamento condomínial de trechos não ocupados dos lotes, de maneira a criar uma área livre contínua formada por trechos combinados de diversos lotes, com a disponibilização de área livre equivalente a aproximadamente 25% da área do quarteirão.

TIPO 2: Associação de Lotes (vazios) sem transferência de potencial construtivo Simples associação entre lotes a serem empreendidos para atendimento em conjunto das exigências (e viabilização dos incentivos) da nova legislação, sem envolvimento de lotes com edifícios existentes.

TIPO 3: Associação de Lotes (vazios e construídos) sem transferência de potencial construtivo, com cessão de área livre. Novo empreendimento criado em lotes vazios e incorporação de parcelas não edificadas de lotes construídos.

TIPO 4: Associação de Lotes (vazios e construídos) com transferência de potencial construtivo, com cessão de área livre. Novo empreendimento criado em lotes vazios e incorporação de parcelas não edificadas de lotes construídos. Transferência de potencial construtivo não utilizado por edifícios construídos para os novos edifícios.

TIPO 5: Associação de Lotes (vazios e construídos) com transferência de potencial construtivo, sem cessão de área livre. Novo empreendimento criado em lotes vazios contíguos a áreas consolidadas sem incorporação de parcelas não edificadas. Transferência de potencial construtivo não utilizado por edifícios construídos para os novos edifícios. ■

CATEGORÍA B · 2º PREMIO

COMPOSICION Y ESTRUCTURA

Revaloración de la técnica constructiva del apilamiento como estrategia de diseño en la arquitectura contemporánea

Autor: **Fernández Paoli, Diego**
 dfpaol@yahoo.com.ar
 Pje de Marchi 2912
 Rosario, Santa Fe - Argentina

Doctorado en Arquitectura
 Facultad de Arquitectura, Planeamiento y Diseño, Universidad Nacional de Rosario
 Fecha de culminación: Tesis doctoral defendida el 29 de Noviembre de 2016
 Categoría: Trabajo producido en forma individual con directores reconocidos en sistemas formales

RESUMEN

El trabajo se propone posicionar a la composición arquitectónica como un instrumento de prefiguración arquitectónica que posibilite una concordancia formal entre las especificaciones de índole programáticas-funcionales y las provenientes del ámbito de lo constructivo-estructural. Para ello, a partir de reconocer en la actualidad una divergencia entre las cuestiones artísticas y técnicas, se proponen instancias de integración entre dos lógicas de generación formal basadas en el concepto del apilamiento. Por un lado, la disposición espacial de unidades generadas como una entidad referida a cuestiones programáticas y por otro, como una unidad generada a partir de su consideración como una entidad constructiva que posee en sí misma su capacidad de auto-sustentarse, dispuestas espacialmente siguiendo una lógica de apilamiento. La búsqueda de esta integración proyectual, actuando bajo la órbita de lo compositivo, se efectúa en tres casos de estudio extraídos de la obra del arquitecto Rem Koolhaas. Como conclusión, la cuestión de la estructura se incorpora espontáneamente y sin conflictos aparentes en el proceso de ideación arquitectónica y posibilita generar una "concordancia arquitectónica de las cuestiones técnicas-estructurales", desde las instancias iniciales del proceso de generación arquitectónica.

Palabras claves

COMPOSICION - ESTRUCTURA - APILAMIENTO - DISEÑO - ARQUITECTURA

ELECCION DEL TEMA DE TESIS

Surgente co-existencia de dos estrategias de diseño muy distintas actualmente basadas en una idea de apilamiento. Re-descubrimiento del tratado de Félix Cardellach "Filosofía de las estructuras" de 1910.

UNIDADES FUNCIONALES APILADAS - LENGUAJE CONSTRUCTIVO APILADAS



Definición de principios básicos estructurales que orientan el desarrollo de la tesis: Principio del emplissage, Principio de constructividad

El propósito del trabajo es demostrar la viabilidad de la fusión de ambas estrategias, de manera de que esta integración permita el control simultáneo de proyecto y construcción.

OBJETIVO GENERAL

Posicionar nuevamente a lo compositivo como recurso que guíe las decisiones proyectuales en su fase abstrata y que supere su rol meramente organizativo, tal como ha sido entendido desde su irrupción como prefiguración en la arquitectura, de manera de lograr una concordancia formal entre programa funcional y estructura resistente.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Evaluar la potencialidad del procedimiento constructivo del apilamiento como un instrumento generativo de forma arquitectónica, de manera de clarificar y comprender su modo de aproximación al proyecto.
- b) Reconocer actitudes proyectuales que basan su conformación en el empleo de unidades funcionales tridimensionales, en donde se incorporan dentro del proceso de ideación tanto las variables constructivas como estructurales.
- c) Demostrar la viabilidad operativa de trabajar con unidades compositivas apiladas que contienen en sí mismo el germen de su solución constructiva y estructural.

INSTANCIA EXPLORATORIA: La "visión" arquitectónica de la estructura

Se rescatan actitudes teóricas y prácticas que integran armónicamente las preocupaciones de orden compositivo con las técnicas desde dos perspectivas: la CONSTRUCTIVA - ESTRUCTURAL proveniente de la ingeniería (FELIX CARDELLACH) y desde la arquitectura (F. L. WRIGHT y L. KAHN)

A) FELIX CARDELLACH:

PRINCIPIO CONSTRUCTIVO DEL EMPILAGE

Explora la capacidad pseudo elástica de los materiales compósitos (Continuidad tensional). Liberación de la forma estructural previa: Se logra con la incorporación de los sistemas tendinosos.

B) COMPOSICION CON MODULOS ESTRUCTURALES EN WRIGHT Y KAHN

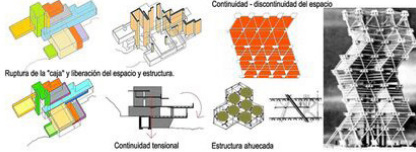
Forma estructural liberada - Composición con módulos. Estructura contenedora - Formas platónicas combinables.

COMPOSICION Y CONTINUIDAD ESPACIAL
 Continuidad del espacio y la discontinuidad de la célula

COMPOSICION Y ESTRUCTURA
 Malla compositiva: engloba forma, función y construcción "Unit System"

SINTESIS COMPOSICION Y ESTRUCTURA
 Composición aditiva con módulos tridimensionales. Composición sustractiva con City tower, Filadelfia. Composición sustractiva con módulos tridimensionales. Continuidad - discontinuidad del espacio.

CONCLUSIONES
 La técnica del apilamiento, considerada tanto como forma previa compositiva y forma estructural base, permite reunir en una misma entidad la cuestión artística de la arquitectura y la técnica. Forma previa compositiva, ya que por sí mismo el concepto de apilamiento se posiciona en las instancias iniciales del proyecto, al asimilarse a la idea de pre-forma de Kahn, que no debe posicionarse como la expresión final de la forma ya concebida, sino como una entidad abstracta y flexible que adquiere forma definitiva cuando entran en juego otras variables proyectuales. Forma estructural base, porque el módulo volumétrico posee en su génesis la componente estructural implícita en él, que queda definida por la disposición geométrica de los planos estructurales que contienen los contornos de esa forma. De este modo, la generación e individualización en algunas prácticas arquitectónicas actuales de estrategias de diseño basadas en el empleo de unidades funcionales apiladas, han vuelto a instalar lo compositivo en la escena arquitectónica como estrategia pre-figuradora de manera de extraer su verdadero significado: lograr una concordancia formal entre programa y estructura.



DESARROLLO

INSTANCIA ANALITICA: Composición - forma - estructura
 Se relaciona históricamente la composición como método de prefiguración arquitectónica, intentando establecer el grado de incidencia de lo constructivo-estructural en la estrategia de definición de la forma.

COMPOSICION EN LA COMPLEJIDAD DE LAS FORMAS ACTUALES

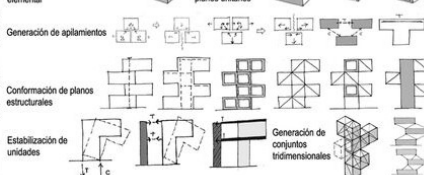
Modulos compositivos no auto-portantes unidos a un esqueleto base. Modulos compositivos auto-portantes unidos entre sí a una estructura primaria base.



INSTANCIA PROPOSITIVA

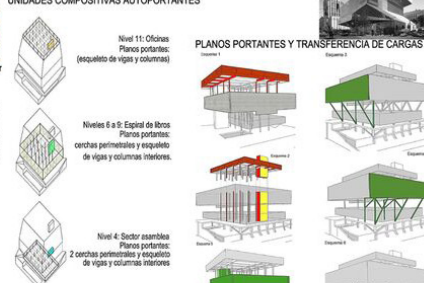
Se desarrollan posibles configuraciones de lógicas compositivas basadas en la estrategia del apilamiento, a fin de generar sucesivos mecanismos resistentes aptos de ser aplicados genéricamente al campo del proyecto. Casos de estudio: tres obras de Rem Koolhaas que permiten la validación de estas estrategias.

A) POSIBLES CONFIGURACIONES ESTRUCTURALES A PARTIR DE LOGICAS DE APILAMIENTO DE UNIDADES ESPACIALES.

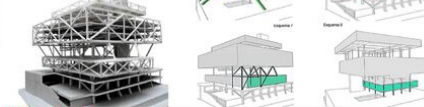


B) ANALISIS DE UNA OBRA DE O.M.A. BAJO UNA LOGICA COMPOSITIVA BASADA EN UN APILAMIENTO DISTRIBUITO Y ESTRUCTURAL.

APILAMIENTO INDIRECTO NO EXPLICITO UNIDADES COMPOSITIVAS AUTOPORTANTES



DEFINICION DE LA ESTRUCTURA INTERNA



Composición y Estructura:
 Revaloración de la técnica constructiva del apilamiento como estrategia de diseño en la arquitectura contemporánea

Autor
 Diego Fernández Paoli

Universidad Nacional de Rosario
 Facultad de Arquitectura,
 Planeamiento y Diseño

CATEGORÍA B · 3º PREMIO

Autora: **Dra. Arq. Emilia Mosso**

Datos personales:
Correo electrónico: emiliamosso@gmail.com
Teléfono: +54 341 3003426
Dirección: Mesa 343
Santa Fe, Argentina

Datos institucionales:
Instituto de Investigaciones en Desarrollo Urbano, Tecnología y Vivienda (IDUTYV)/
Facultad de arquitectura, urbanismo y diseño (FAUD)/ Universidad Nacional de
Mar del Plata (UNMDP). Doctorado en Arquitectura (FAUD-UNMDP)
Dirección tesis: Dra. Arq. Ana Núñez (IDUTYV/FAUD, UNMDP)

Fuente de financiamiento:
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Beca Doctoral
Fecha de culminación: 23/03/18 | Categoría: 2

INTERPELACIONES IDEOLÓGICAS SOBRE LA VIVIENDA

Políticas urbanas de ordenamiento espacial de la población empobrecida en Santa Fe (1985-2017)



CONCLUSIONES

EN EL ÁMBITO URBANO:
Observamos una continuidad ideológica en los programas habitacionales instrumentados desde mediados de la década de 1980, contextualizados en el marco internacional delineado por los OI y sustentado desde los principios argumentales de la Urbanización de la Población, que: 1) revaloriza estructuras socio-espaciales de reproducción de la desigualdad social; 2) refuerza la localización-orientación espacial de la población empobrecida en sectores urbanos precarizados de la ciudad; 3) institucionaliza un modelo de desarrollo neoliberal. Esta situación es transposable al contexto socio-político internacional evidenciado en los países latinoamericanos en general, y en Argentina en particular, agravado por una desigual distribución de la riqueza en contra de la reproducción de la pobreza.

EN EL ÁMBITO BARRIAL E INTRA-DOMÉSTICA:
En relación a la noción de vivienda digna, encontramos contradicciones entre las premisas promovidas por el gobierno sobre el prototipo universal de vivienda y su materialización: 1) la universalidad percibida que bardeaba al abstrair a todas las familias a una tipología-beneficiaria de planes sociales; 2) la flexibilidad de crecimiento se veía limitada en su espacialidad, al considerar las diversas actividades de reproducción de todos los integrantes del núcleo familiar en los prototipos monofuncionales de vivienda social, cuando se trata de familias numerosas; 3) los principios de eficiencia energética se veían quebrantados dado que los prototipos reproducían una tipología convencional de vivienda social, y tampoco incorporaban energías sustentables; y 4) los principios de ayuda mutua y esfuerzo compartido se encuentran corrompidos, al estar los módulos habitacionales controlados por una empresa privada de producción de viviendas.

EN CUANTO A LOS BENEFICIOS DEL TÍTULO DE PROPIEDAD:
En relación a los poblados de los cuales son legítimas las relocalizaciones de población, y a partir de la referencia de Schargrodsky (2003) y de Soto (1986, 2007):
• En cuanto al título como "instrumento que garantiza inversiones sobre el lote", esta situación es posible no necesariamente a partir de este documento, dado que tanto previa a la relocalización como luego de la misma, las familias sin disponer de este documento ya han realizado inversiones sobre el lote, autocorrigiendo nuevas habitaciones e mejorando las condiciones constructivas de sus viviendas.
• En cuanto al título como mecanismo que "transformaría la riqueza de los pobres en capital" permitiendo su utilización como instrumento colateral para acceder a créditos hipotecarios (de Soto, 1986), esta se posibilita independientemente del título, dado que en el nuevo lote las familias que ampliaron sus viviendas lo hicieron a partir del préstamo Argentino otorgado por el Anses a las jefas de hogar en consonancia, al ser actos de pre-afijación de las otorgadas, en la actualidad no han podido solicitar algún préstamo en un banco privado por medio de este documento.
• En cuanto al título como "instrumento que genera fuerza a menesteras de desahogo y usurpación", esta situación se dificulta dada la precariedad del documento de tenencia otorgado por el gobierno. Luego de, al menos, tres años culminado el proceso de relocalización, dejamos pendiente el interrogante sobre si esta situación sería factible de reproducirse nuevamente con los cambios de gobierno.
• En cuanto al título como "mecanismo que afectaría las relaciones al interior de la familia, modificando el tamaño y la estructura de las Arganas", esta situación es parte constitutiva del núcleo familiar, independientemente del título. Si bien las nuevas viviendas poblacionales, no determinaron, la modificación de la estructura de los hogares y la familia, a su vez se han incrementado el tamaño medio del hogar, así como las condiciones de funcionamiento personal y también del hogar.
• Por último, en cuanto "mecanismos que previenen algunas formas de auto-exclusión del ciclo económico", esto sería factible de considerarse en unos años, dado que según nuestro trabajo de campo, la mayoría de las familias en la actualidad no dispone de empleo, o bien corresponde a trabajo precarizado.

SE TRATA DE LA INSTRUMENTALIZACIÓN IDEOLÓGICA DE UNA POLÍTICA PÚBLICA QUE PROMUEVA, ANULA Y DEFENDE LA TITULARIDAD DEL SUELO PERO QUE REPRODUCE CONDICIONES DE TENENCIA PRECARIA.

RESUMEN

Los programas urbanos integrales, sustentados desde las nociones de vivienda digna y tenencia segura difundidas por los Organismos Internacionales desde, al menos, cuatro décadas, se han constituido en un campo discursivo hegemónico en política urbana en la actualidad. En este marco, son cuantiosas las referencias bibliográficas sobre cómo estos programas mejoran el entorno urbano precarizado, pero menos son las que remiten a cómo estos inciden en la población objeto, específicamente en su ámbito más íntimo: la vida intra-doméstica del grupo familiar. Desde esta inquietud, y a partir de una metodología combinada cual-cuantitativa propia de las ciencias sociales interdisciplinarias, analizamos esta incidencia en un grupo de familias relocalizadas entre los años 2012/2014 a módulos habitacionales mínimos en la ciudad de Santa Fe, mediante un acuerdo conjunto entre el gobierno provincial y municipal, y una organización social. Como reflexión y de acuerdo a los resultados obtenidos en el trabajo de campo se concluye que, estos programas urbanos de origen neoliberal vinculados a la producción de suelo y vivienda, perpetúan las procesos de empobrecimiento de la población en Santa Fe; en cuanto que si bien producen mejoras en las condiciones reproducen una estructura socio-espacial que sienta las bases para la perpetuación de la desigualdad social.

METODOLOGÍA

A) UNIDAD DE ANÁLISIS Y FUENTES
Utilizamos métodos combinados de tipo cual-cuantitativo y una estrategia de abordaje analítico apoyada en diversos instrumentos (análisis de documentos, entrevistas, trabajo de campo de tipo etnográfico, confección de cuadros, mapeo y cartografía, entre otros). Nuestra unidad de análisis fueron los programas urbanos integrales, y específicamente, 23 familias relocalizadas entre los años 2012 a 2014 a módulos habitacionales mínimos.
• Una de las decisiones metodológicas fue la realización de entrevistas semi-estructuradas y profundizadas como técnica de recolección de datos.
• Concomitamos el trabajo de campo en el barrio a finales del año 2015, y lo retomamos entre abril y noviembre del año 2017.
• Las entrevistas se realizaron predominantemente, dentro de las viviendas de cada familia obteniendo un ingreso, y fueron hechas según el caso de manera individual o grupal.
• Las visitas al barrio las hicimos entre los días martes a jueves, por la mañana y la siesta.
• Al fin de mantener el anonimato de los entrevistados, contamos solo la inicial de sus nombres, así como también el de algunos funcionarios-trabajadores estatales.

B) TAPAS DE LA INVESTIGACIÓN Y SU PROFUNDIZACIÓN
Estructuramos la investigación en tres etapas. Las dos primeras correspondieron a indagaciones teóricas en relación a los diversos debates sobre la problemática habitacional, tanto en el ámbito internacional como local. La tercera etapa, correspondió al caso empírico de investigación, el cual concierne a un proceso urbano reciente y etnográfico.
• Indagamos en las condiciones habitacionales preexistentes de las familias al proceso de relocalización –sobre los sesores, sobre la traza de la vía, sobre la traza del ferrocarril.
• Posteriormente, preguntamos por los desplazamientos previos que atravesaron los integrantes del grupo familiar hasta llegar a esa localización. A su vez, por el lugar de nacimiento de los entrevistados, y si son nativos de Santa Fe, o bien de otra localidad (desplazamientos interurbanos).
• Por último, analizamos las condiciones habitacionales posteriores al proceso de relocalización, tanto en el momento inmediato del traslado a las nuevas viviendas como en las condiciones de vida en los nuevos módulos de viviendas.
En todas las etapas, esta información fue obtenida a partir de las entrevistas personales a las familias y del relevamiento cartográfico de sus viviendas a partir de la información recibida en el trabajo de campo. A partir de estas fuentes, seleccionamos las variables e indicadores habitacionales para llevar adelante la investigación, los que clasificamos sucesivamente en: 1) Tipo de familia; 2) Vivienda; 3) Bienestar socio-ambiental; 4) Organización social; 5) Percepciones; y 6) Desplazamientos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GENERAL:
Comprender la incidencia de la matriz neoliberal en políticas y programas habitacionales de suelo y vivienda en el ámbito local –específicamente en la ciudad de Santa Fe, y en los modos específicos en que intelectuales, institutos, organismos internacionales, gobiernos locales y organizaciones sociales han participado en esta difusión. Dentro del campo de interpretaciones dominantes, nos centramos en la noción de vivienda digna difundida por la ONU desde la primer Conferencia de los asentamientos Humanos –Hábitat I– del año 1976, y en los poblados del economista peruano Hernando de Soto (1986, 2007) sobre el otorgamiento de títulos de propiedad como elemento de lucha contra la pobreza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Analizar la incidencia de la entrega de los módulos habitacionales mínimos y las estructuras de vivienda, otorgados en el marco de los programas urbanos integrales, en el mejoramiento de las condiciones de vida de un grupo de familias relocalizadas entre los años 2012/2014 en el barrio Coronel Domingo, Santa Fe, buscando comprender: 1) cómo operan en la configuración del orden urbano en general, y 2) cómo inciden en las condiciones de vida de esta población.



Interpelaciones Ideológicas sobre la Vivienda.

Políticas urbanas de ordenamiento espacial de la población empobrecida en Santa Fe (1985-2017)

Autora

Dra. Arq. Emilia Mosso

Universidad Nacional de Mar del Plata
Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño

Premios Arquisur • INVESTIGACIÓN | 2018

CATEGORÍA B • MENCIONES

SUN
Sistema Urbano Nacional del Uruguay. Una caracterización con base en la movilidad de pasajeros.

SÍNTESIS

PRESENTACIÓN Y ESTRATEGIA

ANÁLISIS

MENCIÓN

Sistema urbano nacional de Uruguay. Una caracterización con base en la movilidad de pasajeros

Autores

Edgardo J. Martínez, Martín Delgado, Leonardo Altmann
FADU – UDELAR

Acondicionamiento Higrotérmico – Lumínico de Edificios Escolares en Zonas Urbanas de la Región N.E.A. Auditorías energéticas y propuestas de mejora mediante Diseño Solar Pasivo.

Resumen: El acondicionamiento higrotérmico y lumínico de edificios escolares en zonas urbanas de la Región N.E.A. implica un desafío, debido a las condiciones climáticas y a la alta densidad de edificios. Este estudio propone un método de diagnóstico energético y lumínico que permita identificar los problemas de confort térmico y visual en los edificios escolares de la Región N.E.A. y proponer soluciones de mejora mediante el diseño solar pasivo.

RESUMEN | **Palabras Claves:** Energía Solar; Factor de Vidrio; Bienestar termo-lumínico; Arquitectura Escolar; Articulación Interdisciplinaria

OBJETIVO GENERAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

METODOLOGÍA

RESULTADOS Y CONCLUSIONES

REFERENCIAS Y BIBLIOGRAFÍA

PROPUESTAS DE MEJORA TECNOLÓGICA:

BASES DE DATOS DE ÁREAS VORADIAS Y DE FACTORES DE VORADIAS

CORRELACIONES DE FACTORES DE VORADIAS MEDIANTE REGRESIÓN LINEAL MULTIVARIADA

MENCIÓN

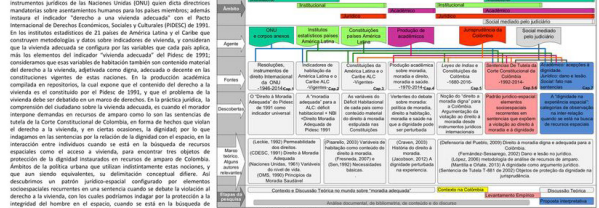
Acondicionamiento higrotérmico–lumínico de edificios escolares en zonas urbanas de la región NEA. Auditorías energéticas y propuestas de mejora mediante diseño solar pasivo

Autora

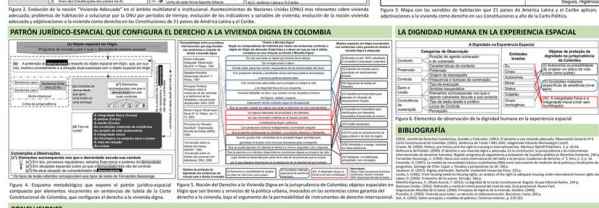
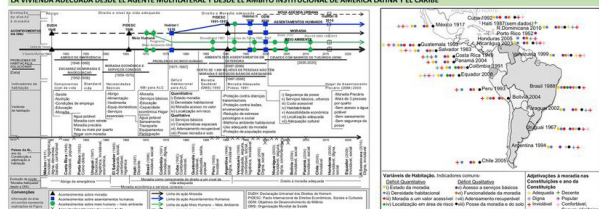
Dra. Arq. Maria Laura Boutet
FAU – UNNE

VIVIENDA ADECUADA Y DIGNIDAD HUMANA EN LA EXPERIENCIA ESPACIAL

Mónica Elizabeth Mejía Escalante
 Profesora de Planeación Urbana y Arquitecta, Universidad Nacional de Colombia
 Doctorado en Arquitectura (Colombia), Universidad de la Florida, Miami
 "Residencia 2014"
 Facultad de Arquitectura, Escuela del Habitat-Lugar
 monica@habitat.lugar.edu.co



RESUMEN
 La presente investigación y estudio de las nociones "vivienda adecuada" y "vivienda digna" fue investigado desde varias aristas y agentes en informes e instrumentos jurídicos de las Naciones Unidas (ONU) desde áreas disciplinarias interrelacionadas sobre asentamientos humanos para los países miembros; además, mediante el indicador "Necesita a una vivienda adecuada" con el Fondo Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (FIDESC) de 1991. En los instrumentos estadísticos de 23 países de América Latina y el Caribe que construyeron metodologías y datos sobre indicadores de vivienda, se concluyó que la vivienda adecuada se configura por los variables que cada país aplica. Más los instrumentos de diagnóstico "vivienda adecuada" del PIDCJ de 1995, consideramos que esos variables de habitación también son contenedores de derechos a vivienda, además como digna, además se agencian en las constituciones vigentes de estos países. En la producción académica contextualizada en Colombia, es el espacio que el estudio del derecho en la vivienda es el contenido por el Palco de 1991, y que el problema de la vivienda debe ser abordado en un marco de derechos. En la práctica jurídica, la comprensión del ciudadano sobre la vivienda adecuada, es cuando el morador impugna derechos en espacios de amparo como lo que las sentencias de tutela de la Corte Constitucional de Colombia, en forma de hechos que violan el derecho a la vivienda, y en ciertos espacios, la dignidad por lo que indignamos en la sentencia por la violación de la dignidad con el espacio, en la sentencia contra el acceso a vivienda, para entender los límites de protección de la dignidad instalados en recursos de amparo de Colombia. Además de la práctica jurídica que analiza el instrumento más reciente, el que son casos equivalentes, la delimitación conceptual difiere. Así documentamos un parámetro jurídico espacial configurado por elementos conceptuales recurrentes en una sentencia cuando se debate la violación al derecho a la vivienda, con lo cual podemos integrar por la producción de la integridad del hogar en el espacio, cuando se está en la búsqueda de mejores espacios. Entre elementos conceptuales, se integran factores de integración de la dignidad en la vivienda, que como parámetro de la base documentaria la dignidad en la experiencia espacial.



CONCLUSIONES
 Las Naciones Unidas (ONU) como institución fuente de origen de las variables de habitación para América Latina y el Caribe (ALC), impulsó desde la década de 1950, un nivel de vida mínimo, configurado por salud, nutrición, condiciones de empleo, educación y vivienda. En el ámbito legal, el nivel de vida evoluciona a una política de necesidades básicas contemplada por la legislación, cuando legalmente garantiza vivienda y servicios esenciales por habitarse, que son aplicados por la producción mediadora de una normatividad espacial. En el ámbito del 2000 como variable, son aplicados los instrumentos de habitación de los países de AL y el instrumento del derecho a la vivienda adecuada del Pacto de 1966, contribuyendo en que en los países latinoamericanos "vivienda adecuada".
 Los dispositivos de áreas restringidas con respecto en lo que es la vivienda adecuada para AL, se encuentran con criterios de las necesidades básicas, además, contextualizada a la vez bienes y servicios, pero entre dispositivos no evidencian la capacidad de las familias para satisfacer estos derechos, así como tampoco los grados de satisfacción al respecto de la vivienda adecuada.
 La importancia de las variables de los efectos habitacionales radica en que son el contenido material y objetivo del derecho a la vivienda, es decir, la vivienda se garantiza como derecho habitacional, contextualizado en la Carta Política de los países.
 Los documentos de la ONU relacionados agencian en todos los ámbitos, incluso en el académico, desde directrices de política y temas de investigación y desarrollo. Mayor porcentaje de variables sobre habitación desde agente multilateral son aplicados al estudio en términos de áreas habitacionales. La producción académica debate sobre diagnósticos de vivienda, variables individuales y políticas urbanas, pero cuando se discute un elemento conceptual en el derecho, se define la necesidad jurídica de la vivienda.
 El estudio de la producción académica en el mundo sobre investigación en vivienda, muestra tres variables: El espacio habitacional, el derecho a la vivienda, y la relación entre vivienda y salud, o la habitación adecuada para individuos con condiciones especiales de salud, desde lo cual algunos autores expresan que la integridad del hogar puede verse perturbada por espacios inadecuados, además de la dignidad.
 El debate general en la jurisprudencia sobre el derecho a la vivienda es el resultado de contextos normativos y culturales, políticos, regulatorios, sobre el indicador de habitabilidad que no se cumplen que se exigen.
 La garantía del derecho a la vivienda se evidencia por la jurisprudencia por la política urbana cuando los bienes y servicios, tiempos contemplados necesidades básicas, son otorgados por la producción.
 La dignidad en la experiencia espacial no depende de métricas subjetivas, sino de métricas objetivas, por lo que el contextualizado y espacializado, generalizándose por áreas en la interacción entre individuos cuando se está en la búsqueda de mejores espacios adecuados como la vivienda.
 Cuando la búsqueda de mejores espacios es influenciada, el individuo puede sentir que su integridad fue violada. El espacio, amueblado en su integridad puede tener proyecciones que la hacen vulnerable, pero no es suficiente cuando produce un deterioro en espacios de amparo, entendiendo que el derecho a la vivienda fue violado, su integridad perturbada y amenazada la dignidad particularizada en esos espacios.

MECIÓN

Vivienda adecuada y dignidad humana en la experiencia espacial

Autora
 Dra. Arq. Monica Elizabeth Mejía Escalante
 FAU – USP